

Observatório Cidadão aponta falta de transparência e diz que prefeitura descumpre Plano Nacional de Mobilidade

Segundo a entidade, Prefeitura de Piracicaba não deixa claro que arca com as gratuidades do transporte público. Tarifa foi reajustada em até 10% no dia 13 de junho

Por G1 Piracicaba e Região
21/07/2018 08h45

O Observatório Cidadão de Piracicaba (SP) afirma que a prefeitura não cumpre integralmente o Plano Nacional de Mobilidade Urbana, criado por lei federal em 2012. Segundo a entidade, o Executivo não divulga de forma clara os cálculos que definem a tarifa de ônibus e nem como é feito o financiamento da gratuidade para idosos e do descontos, entre eles o de estudantes.

No dia 13 de julho, passou a valer o aumento no valor da tarifa determinado pela prefeitura. O reajuste foi divulgado uma semana antes. A maior alta é na venda a bordo sem cartão, que subiu para R\$ 4,40. Os usuários pagavam R\$ 4 antes.

No reajuste, a prefeitura estipulou que gasta R\$ 4,60 por passageiro, valor base que é usado para determinar os preços da tarifa e o subsídio que é remetido à empresa Via Ágil, responsável pelo transporte público na cidade. Segundo o observatório, a gratuidade oferecida a idosos não é bancada pela concessionária, mas não há clareza sobre seu custeio.

"A forma como isso é feito, no entanto, não está explícita nos documentos oficiais. A Política Nacional de Mobilidade Urbana prevê, em seu artigo 9º, que os custos dos benefícios devem ser arcados com recursos extratratários, do orçamento ou de outras receitas extraorçamentárias e exclui o repasse das despesas na forma de reajuste no preço do bilhete de ônibus", aponta o observatório, em nota.

Questionamentos não respondidos

O observatório enviou, neste ano, 13 questionamentos sobre mobilidade urbana por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI) à prefeitura. Segundo a entidade, três foram respondidas dentro do prazo de 30 dias.

Para as outras 10, foram feitos recursos ao Secretário de Governo e Desenvolvimento Econômico da cidade, José Antonio de Godoy, que geraram quatro respostas satisfatórias, mas as outras seis questões seguem sem retorno.

"Entre as solicitações, mencionava-se a falta de transparência em relação à licitação que deu origem ao contrato de prestação de serviço pela empresa Via Ágil, assim como a dificuldade de acesso ao documento", aponta o observatório.

O **G1** tentou contato com a prefeitura sobre os questionamentos do Observatório Cidadão, mas até esta publicação, não obteve retorno.